



REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

**REUNIÃO SETORIAL – ZONA URBANA:
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
2016**

1. DA METODOLOGIA DA REUNIÃO SETORIAL

O procedimento desta Reunião Setorial realizada junto aos representantes da Caixa Econômica Federal consistiu em três momentos distintos em reunião plenária.

No primeiro momento, foram expostos os objetivos da reunião, que consistiu na coleta de informações para compor um relatório comunitário, que, juntamente com um posterior relatório técnico baseará o futuro diagnóstico do Município, que comporá as propostas para a elaboração da minuta de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas. Foi explicitado que o momento seria destinado exclusivamente a ouvir à comunidade, seus anseios e necessidades. Explanou-se que as discussões estariam ocorrendo em três Eixos Temáticos: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e, finalmente, Eixo FISCAL E GOVERNANÇA.

O segundo momento ocorreu quando a palavra foi finalmente repassada aos participantes presentes, em que consistiu em relatos, ponderações e diálogos que levaram a apontamentos diretos a uma tabela que enfocou os CONFLITOS, as POTENCIALIDADES e as SOLUÇÕES, em tempo real e projetado em tela para que os interlocutores conferissem suas falas.

Na terceira e última etapa, a equipe técnica procedeu a leitura da tabela finalizada, corrigiu-se, quando necessário, e validou-se por aclamação em Plenária.

Todas as explicações foram relatadas em ata. Em casos específicos, procedeu-se ao uso de mapas e/ou aplicativos *Google Earth* para auxiliar na localização da região ou de pontos determinados pelo interlocutor.

2. DOCUMENTOS DA PLENÁRIA

2.1 ATA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS ATA DA REUNIÃO SETORIAL ZONA URBANA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Aos nove dias do mês de agosto de 2016, às 14h00min, reuniram-se nas dependências da Superintendência da Caixa Econômica Federal em Palmas-TO, os representantes da Prefeitura de Palmas e representantes da Caixa Econômica Federal para discutirem a revisão do Plano Diretor de Palmas-TO. A audiência pública teve sua divulgação, através do Diário Oficial do Município de Palmas-TO e convites. Às 14h26min a cerimonialista Sra. Valéria abriu a reunião agradecendo a presença de todos, explicando o que é o processo de revisão do Plano Diretor e quais são as etapas para sua conclusão que são planejamento do trabalho, leitura da cidade que são as leituras técnicas e comunitárias, elaboração do diagnóstico municipal, diretrizes e propostas, por fim, a elaboração do projeto de lei. Informou que as reuniões serão realizadas em sete endereços urbanos, seis rurais e sete segmentos da sociedade organizada. Anunciou e agradeceu a presença do Sr. Evercino Junior, Secretário da Fundação de Meio Ambiente, o Sr. Francisco Otaviano, Gerente Executivo de Governo da Caixa, o Sr. Ermenegildo Pestana, gerente Regional de Pessoa Física da Caixa, o Sr. Jairan Bandeira Gomes, Gerente Regional de Pessoa Física da Caixa, o Sr. Valdecir Ferreira, gerente Regional de Governo da Caixa, a Sra. Cleci Bus, Gerente Regional de Habitação, o Sr. Hildebrando, Conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, o Sr. Paulo Benfica, Diretor de Planejamento Urbano da Secretaria de infraestrutura do Estado do Tocantins e a Sra. Valéria, Diretora de Obras da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins. Para compor a mesa, ela convidou a Sra. Leandra, Superintendente da Caixa Econômica Federal e o Sr. Paulo Benfica. A palavra foi passada para o Sr. José Messias que convidou a Sra. Glauciane, representante da caixa na comissão de revisão do Plano Diretor, para a mesa. Ele agradeceu a presença de todos e em especial alguns funcionários do Estado do Tocantins presentes na reunião, agradeceu a todos os servidores da equipe da revisão do Plano Diretor e o convite feito pelos integrantes da Caixa. Enfatizou que essa foi a primeira reunião realizada na área urbana, tendo em vista que a primeira foi na Zona Rural. Agradeceu a presença do Sr. Manzano e pediu que todos ficassem atentos a sua fala. Convidou todos para dar sua contribuição através de suas opiniões. Relembrou que nem todas as metas de 10 anos atrás foram alcançadas e enfatizou a necessidade de colocá-las em prática e as novas diretrizes do plano. Falou também da necessidade de revisão de leis locais, ele falou sobre a ideia de fazer a reunião na caixa, ele pediu que além dos presentes eles deveriam convidar seus colegas para participarem das próximas reuniões. A cerimonialista anunciou e agradeceu

a presença do Sr. Erick Carvalhau, Gerente Regional de pessoa jurídica e também da presença de representantes do Estado do Tocantins, passou a palavra para a Sra. Leandra, Superintendente da Caixa Econômica Federal que começou agradecendo a presença de todos e a oportunidade de estarem participando desse primeiro instante da revisão do Plano Diretor. Enfatizou que não haverá revés, mais sim uma busca de engrandecer a cidade, agradeceu a presença de sua equipe e da realização da reunião neste local. Fez um relato de Palmas ser uma cidade jovem, sendo uma folha em branco para ser redesenhada. Lembrou que o Senhor Secretário José Messias também faz parte da equipe da Caixa, estando na Prefeitura no momento. Falou no papel da Caixa de estar sempre junto com os municípios e que é bem mais fácil trabalhar na construção que na correção, que é a pauta da revisão do Plano Diretor. A palavra foi passada para o Sr. Paulo Benfica que agradeceu o convite e relatou as reuniões feitas pelo Estado sobre a função social da cidade e propriedade e que estão totalmente regulamentados no Plano Diretor, contou sobre viagens feitas por eles e alguns integrantes da caixa, lembrando sobre a obrigação da existência e revisão do Plano Diretor para cidade com mais de 21 mil habitantes. Agradeceu o espaço e o convite para a discussão. A fala foi passada para Sra. Glauciane, participante da Comissão de Revisão do Plano Diretor, que agradeceu por participar da comissão, lembrou que faz parte de comissões do Plano Diretor desde o ano de 2001, apoiou a equipe da Prefeitura explanando sua competência, agradeceu ao Sr. José Messias por aceitar o convite para a Reunião na Caixa. A mesa foi desfeita. Foi convidado o Geógrafo Marcus Vinicius Bazoni para falar sobre a intenção de explorar o conhecimento dos presentes. Conceituou o Plano Diretor com duas definições de autores diferentes. Explicou a orientação legal e citou as leis que regem o Plano Diretor e suas revisões que são a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Resolução CONCIDADES, a Lei nº 155/2007 (Lei do Plano Diretor de Palmas), o Decreto Municipal nº 1.234, de 20 de janeiro de 2016 (Comissão Especial) e a Recomendação MPE 05/2015. Ainda colocou as etapas de revisão do plano que são: planejamento dos trabalhos, leitura da cidade, diagnóstico municipal, diretrizes e propostas, finalizando com o projeto de Lei. Explicou também os atores participantes desse processo que são a Comissão Especial do Plano Diretor, a comunidade, a sociedade civil organizada e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Citou os três eixos que serão tratados nesse processo, sendo eles, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Desenvolvimento Territorial e Fiscal e Governança. Reforçou o convite para todos participarem das demais reuniões mostrando um calendário com dias e horários em que serão realizadas. Finalizou explicando a dinâmica a ser usada nas reuniões, explicando que a equipe de Revisão do Plano Diretor está no local para ouvir a opinião de todos, que será documentada e depois feita uma dinâmica para sintetizar as ideias. A palavra foi passada para os arquitetos Robson Correa e Elias Martins, eles se apresentaram e falaram sobre a importância de ouvir as opiniões como profissionais e como cidadãos, enfatizando que todos devem se ater ao que deu certo ou não na última revisão. O Sr. Robson Correa falou da área de priorização urbana e preferencial, do porquê de dividir a cidade em eixos. Explicou que eixo são esses, que são os eixos da Av. Teotônio Segurado e da Av. Juscelino Kubitschek (JK), falou sobre a Lei nº 155/2007 e a proposta do uso da outorga onerosa na Teotônio Segurado e nos lotes voltados para a Av. Juscelino Kubitschek (JK). Explicou que as priorizações são das quadras da Teotônio e da JK, apenas

os lotes voltados para as avenidas. Falou também da necessidade de uma área aeroportuária com controle rigoroso de gabarito, lembrando que a legislação não fala em gabarito apenas em índice de aproveitamento. Explicou que nesse eixo entre a Teotônio e o Sítio aeroportuário, deve se propor um adensamento melhor com o cuidado do gabarito na Teotônio próximo da região aeroportuária. Falou que essas três áreas citadas devem aparecer distintamente na legislação municipal, como no Código de Obras e Uso do Solo, enfatizou que todas essas informações sobre o controle da área aeroportuária foram dadas pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Comercial). Outro mapa apresentado também pelo Sr. Robson foi o mapa de densidade habitacional de Palmas, mostrando que os extremos da cidade são os lugares mais povoados, tanto no Sul como no Norte, falou que dentro disto eles vão verificando o processo de adensamento da cidade, lembrando que todos devem procurar soluções para o adensamento do restante da cidade. Pediu para que os profissionais presentes sejam multiplicadores das informações discutidas no Plano Diretor. A palavra foi passada para o Sr. Elias que fez uma breve retrospectiva da história de Palmas, começou falando de Palmas ser uma cidade cara para quem paga as taxas e que isso foi devido ao seu contexto de implantação e como esse processo gerou a especulação imobiliária. Ele falou que os três eixos a serem tratados são diretamente ligados a esse fator, principalmente as áreas irregulares que trazem ônus a cidade por não pagar pelos serviços que eles usufruem e quem paga por eles é quem está no perímetro urbano. Diagnosticou que isso é um câncer que compromete o desenvolvimento da cidade, compromete os recursos da cidade, causa destruição ambiental com desmatamento e aterro de cursos de água, mostrou um mapa com área de ocupação irregular, algumas áreas consolidadas e outras não. Deixou como a grande pergunta para a Revisão do Plano: “o que fazer com esses loteamentos, regularizar ou não”? “Retirar ou não”? “Como controlar esse processo”? Falou dos instrumentos da Lei nº 155/2007 utilizados na cidade, como IPTU Progressivo e ZEIS, a regularização do Santo Amaro e a criação de novas ZEIS. Lembrou ainda a questão de loteamentos crescendo em direção a Serra que é um problema que atinge toda a cidade na questão ambiental, transporte e geração de empregos. Relatou sobre a Conferência da Cidade com o tema “Cidade Justa” e deixou o espaço para a discussão dos participantes em relação a esse tema. O Sr. Robson fechou sua fala mostrando um mapa geral com todas as informações explicadas nos demais mapas. Fez uma correlação com áreas irregulares e ZEIS. O Arquiteto Robson voltou a falar mostrando um mapa de todos os instrumentos do Estatuto da Cidade presentes em Palmas-TO, fez uma correlação entre as áreas irregulares e as ZEIS, sendo a área irregular muito maior, e pediu para que tomem cuidado para essa desproporção não aumentar, pediu a todos que se manifestem com ideias que ajudem a prefeitura e seus técnicos solucionar esse problema. Relatou a manifestação da ANAC quanto à necessidade do município fiscalizar o sítio aeroportuário, falando que é de única responsabilidade do município esse monitoramento. Ele entregou a palavra para os presentes. O Arquiteto Eduardo Manzano se manifestou falando do quanto é bom ver que a Prefeitura está abrindo as discussões para esse processo que é de longo prazo, que às vezes todos deixam a mercê de pessoas a decisão da cidade, que eles deveriam contribuir. Continuou sua fala atentando importância da participação de todos, que todos procuram uma cidade agradável, e morar em uma cidade com qualidade de vida é um privilégio, dizendo também que o

Plano Diretor e seu processo participativo é um privilégio de todos os integrantes da sociedade, não apenas de arquitetos e profissionais da área, falou que ele voltou a cena depois da aprovação do Estatuto da Cidade como um instrumento de participação e democracia para buscar que os governos façam gestões com consenso da população, falou que o processo deve ser feito por todos e não só profissionais da área, lembrando do poder da população para vetar propostas prejudiciais à cidade. Falou que o processo feito em 2006 e 2007 foi realizado com muita participação e lembrou a dificuldade de juntar todos os conceitos e manifestações em um projeto de lei, por isso é importante trazer o que realmente é relevante para a cidade. Ele relembrou também a tentativa de expandir o perímetro urbano vetado pela sociedade na última revisão do Plano, lembrou do IPTU progressivo e seu desincentivo a especulação imobiliária. Ele falou que a contribuição deles é essa e que os técnicos da Prefeitura são conhecedores da cidade e vão ouvir todas as regiões de Palmas-TO. Falou sobre seu pensamento de que a cidade tem que ser boa para todos e não apenas para bairros pontuais, citando a questão da moradia e do transporte público, falando da questão do macro adensamento da cidade estar invertido, que deveria estar mais adensado o eixo da Teotônio e não o norte como está hoje. Lembrou que o Plano Diretor não tem como função fazer modelo de transporte e habitação, mas sim fazer a interação entre esses dois fatores. Falou sobre como se devem fazer as diretrizes e encerrou sua fala. O Arquiteto Elias leu os problemas, potenciais e diretrizes que os técnicos da Prefeitura extraíram da fala do Senhor Manzano, durante o processo ele falou sobre a necessidade de programas de moradia, além do programa minha casa minha vida e de que a faixa de contemplação para as ZEIS é de pessoas miseráveis. A Sra. Glauciane falou que discutiu com alguns colegas e expôs os itens da conversa, falou que a cidade de Palmas como qualquer outra não pode ter só visões de futuro e que o Plano Diretor deve contemplar ações a curto, médio e longo prazo. Enfatizou a área da antiga pista do aeroporto (LO-09) que ficou desocupada por muito tempo e hoje está boa parte adensada. Falou que os AURENY's, próximos ao aeroporto atual, estão totalmente adensados, lembrando que devem se preocupar em longo e curto prazo com esse adensamento. Falou também que Palmas é uma cidade cheia de outras pequenas cidades que são a região das ARNOS, Taquaralto e Região Sul, que tem regionalidades, lembrando que se pensa em trazer as pessoas para a Teotônio, mas as ARNOS têm uma regionalidade com muitos serviços, as pessoas trabalham nesses serviços lá localizados. Falou da Região do Morado do Sol que têm vários empreendimentos grandes do Programa Minha Casa Minha Vida e que o projeto do BRT não contempla essa Região. Falou que devem ser olhadas também essas regiões que tem suas potencialidades e características. Falou sobre o Lago Norte e do Santo Amaro que já está em processo de regularização com o Lago Norte irregular ao lado. Falou desses loteamentos irregulares que não param de crescer e precisam de ações imediatas para conter esse crescimento. Citou também os empreendimentos estruturantes para cidade feito pelo Estado como a alça viária criada pelo Estado para tráfego pesado que vai cortar as ARNOS, e que o Estado não se preocupou com as ZEIS próximas a esse empreendimento e que ele também vai passar em frente ao Santo Amaro. As soluções dadas por ela seria agilidade do Município e priorização de ações, que já existem verbas liberadas, como a de regularização da Região do Córrego Machado que já tem verba liberada desde 2007, mas nunca foi executado.

Quanto à solução dada por ela, exemplificando a questão do Santo Amaro, foi a agilidade do Município ao executar projetos com verba já liberada. A integrante da Caixa Econômica Federal, Geanine, disse que lá não é a Caixa nem a prefeitura que estão falando, mas cidadãos. Falou sobre os loteamentos irregulares e a vontade das pessoas de se manterem fora da área urbana ou se elas estão nessas regiões por necessidade. Falou sobre os problemas de cidade grande, que Palmas já tem problemas de cidade grande apesar de ter apenas 300 mil habitantes, falou sobre a violência, questão das drogas e viabilidade urbana. Sobre o eixo Fiscal ela falou que o processo não pode se prender apenas as questões arquitetônicas e de engenharia, mas como tudo vai ser pago, e essa conta é paga pelos moradores, como o cálculo da viabilidade de transporte urbano como o BRT, se for implantado quem vai pagar esse custo, pois Palmas não tem condições de mantê-lo, falou que se o Município contrai uma dívida para construí-lo, quem paga a conta é o contribuinte. Falou sobre o presídio em Aparecida que influencia muito na cidade de Palmas-TO. Citou que o mapa tem que incluir a região do outro lado da ponte que influencia Palmas apesar de ser município de Porto Nacional, colocou que o Lago Norte também tem que ser analisado com cautela, pela sua qualidade de moradias, mesmo estando fora do perímetro urbano e citou que seria até uma opção dela morar lá se não tivesse residência dentro do perímetro urbano pela qualidade da paisagem. Terminou com a questão da privatização das áreas públicas, enfatizando a cobrança de estacionamento na JK e proximidades e falou que a desestimula fazer compra em Palmas e não entende o raciocínio da Gestão, concluindo com a perda de uma área de ser da população. O Arquiteto Hildebrando começou falando sobre a qualidade dos técnicos da Prefeitura de Palmas e a capacidade deles para elaborar um bom Plano Diretor. Continuou falando sobre a importância da regulamentação do IPTU ecológico e da devastação de áreas verdes urbanas. Lembrou que a vegetação influencia na temperatura local e de seu estudo sobre o aumento da temperatura, e criticou os loteamentos que derrubam todas as árvores, desestimulando até a população a comprar lotes nesses loteamentos por perder o desconto do IPTU ecológico, lembrou do seu trabalho de mestrado que foi a influência da vegetação na temperatura, que percebeu a diferença de 10° onde tem ou não árvores e a economia de energia que as pessoas que moram em regiões arborizadas pagam. Enfatizou que a Caixa retém o maior recurso de financiamento e se recordou que na primeira revisão do Plano Diretor que alterou a lei para construir edifícios residenciais na área central, mas a proposta não foi para frente apesar da infraestrutura completa da região. Falou da falta de sucesso dos incentivos para a construção desses edifícios. Citou também a movimentação de interesse da construção civil pela cidade, onde as regiões de interesse mudam constantemente. Falou que felizmente o Estado está vendendo lotes em algumas regiões que ficaram vagas depois da movimentação de interesse. Deu como solução o Estado e a Caixa fazerem uma parceria de incentivo nas áreas já estabelecidas com infraestrutura completa. Fez uma crítica ao prefeito sobre lançamentos de novas áreas quando existem áreas vazias com infraestrutura completa. Quanto à questão do eixo central, ele acha que apenas uma lei de uso do solo resolve a questão, lembrando da falta de necessidade de abrir novas áreas com tantos vazios urbanos. Falou sobre o BRT e o eixo urbano lógico que é a Av. Teotônio Segurado, projeto original do Arquiteto Walfredo Oliveira. Lembrou que para adensar não precisa edificar verticalmente, exemplificando

Barcelona. Quanto às regularizações, ele colocou que é um problema de gestão já que em 2007 tinham poucas áreas e agora virou um problema e não se pode mais permitir seu crescimento desordenado, tem sim que regularizar essas áreas. Lembrou a presença do Ministério Público, citando a Senhora Marli e sua função nessa contenção. Sobre as ZEIS e o anel viário, ele falou da falta de integração dos projetos entre os órgãos regulamentadores e problema de uma área de grande densidade que são ZEIS próximas a um anel viário. Sobre a revisão de 2007 e a de hoje, o problema da expansão da cidade continua o mesmo. Ainda falou do problema da necessidade do uso do carro e quanto isso prejudica as pessoas. Citou os prédios feitos por programa da Prefeitura que possibilitou quem tinha renda até 5 mil reais comprar um apartamento e o quanto esses programas de parceria Estado e Prefeitura podem dar certo. Concluiu com a necessidade do Estado, Caixa e Prefeitura trabalharem juntos com incentivos de ocupação das áreas vazias. O Arquiteto Sr. Wilson pediu a palavra, lembrou das avenidas largas que favorecem os carros e a falta de conforto para pedestres e ciclistas, como um fator prejudicial a esse conforto citou a falta de arborização. Falou da arborização baixa ou sua ausência que impede que alguém ande pela cidade de bicicleta em uma temperatura de 40 graus e a cidade não prioriza esse meio de transporte, citou que daria para disponibilizar uma faixa de todas as avenidas de Palmas para esse tipo de transporte. Relatou o conflito desnecessário das ciclovias e árvores. Concluiu dando como solução a revisão dos desenhos das avenidas. A palavra foi passada para Arquiteta e Urbanista Mariana Poli Antunes para a leitura dos conflitos, potencialidades e soluções, esclarecendo que as ideias serão discutidas depois com mais detalhamento. Como conflitos, foram apresentados o seguintes apontamentos: expansão urbana; ausência de espaços para as práticas de lazer; adensamento fora dos eixos de ocupação e adensamento prioritário (maior nos extremos); deficiência de infraestrutura urbana, principalmente de transporte; resolver a questão da regularização fundiária como uma questão de apontamento de curto prazo para que não fique imerso como o Santo Amaro; Área de influência Aeroportuária – preocupação com o adensamento; ineficiência na gestão de recursos para a regularização do córrego Machado; avaliar a intenção/identidade local dos moradores de áreas irregulares (alguns querem continuar como chácaras); construção do presídio em Aparecida do Rio Negro; cidades agregadas que criam conflitos (Porto Nacional e Aparecida do Rio Negro); cobrança do estacionamento rotativo, resultando no fechamento de comércios – privatização da área que é pública; padrão da ocupação do Lago no lado Norte – alto padrão na ocupação; contrariedade à privatização de áreas públicas; crescimento desordenado como um todo – gerando uma cidade desumanizada; desenho urbano das avenidas (muito largas) desfavorável ao pedestre; falta de mobilidade e acessibilidade – grandes distâncias a serem percorridas; ausência de arborização nas ciclovias e falta de continuidade; prioridade de uso somente para veículos; diferenças de interesses econômicos e sua correlação com o trâmite político; loteamentos irregulares como sendo questões de alto custo para o Município; sobreposição de recursos para investimentos em infraestrutura (exemplo de empreendimentos do Estado – alça viária - próxima das ZEIS); lentidão do Poder Público Municipal na conclusão de projetos (em geral); falta de integração entre os entes públicos e órgãos do Poder Público Municipal; na atual gestão houve a maior devastação das áreas verdes – desmatamento de áreas públicas e

privadas; deficiência na arborização do sistema viário de Palmas. Como potencialidades, foram apresentados os seguintes apontamentos: nas ARSOS existe uma “regionalidade” já diferenciada do Morada do Sol (BRT não contempla os grandes empreendimentos habitacionais); edifícios residenciais no centro; diversidade de interesses econômicos; riqueza da diferença obtida no maior número de pessoas e interesses discutidos nos processos participativos, economia com certo grau de liquidez; cidade nova com diversidade de interesses na instalação de empresas e influência da vegetação no clima – diminuição da temperatura. Como soluções, foram apontadas as seguintes: necessidade de trazer densidade na ocupação através de projetos que estimulem o uso dos vazios urbanos; prioridade de moradia integrada com o transporte; “pequenas outras cidades” precisam ser avaliadas de acordo com as suas diferenças; propor formas de possibilitar a integração de pessoas e suas moradias com o que já está definido como perímetro urbano; trazer/acrescentar Porto Nacional e Luzimangues para as discussões relativas ao Plano Diretor; incentivo à construção de edifícios somente de uso residencial, sem a obrigação do uso comercial no pavimento térreo; negociação do Município com o Estado na aquisição de áreas destinadas ao uso residencial nas áreas centrais; incentivar o uso das áreas livres já contempladas com infraestrutura; BRT deveria incentivar a ligação de Palmas e Porto Nacional, visto que esta era a proposta de planejamento urbano pioneiro da cidade; não é preciso que o adensamento na área aeroportuária esteja correlacionada ao acréscimo de altura; criar formas (em parceria com o Ministério Público) para o controle das ocupações irregulares; ciclovia integrada com as áreas verdes; integração dos sistemas de transporte com outras alternativas; qualificar os espaços públicos para o uso da população – adequar o desenho urbano às necessidades da população; impedir a abertura de novas áreas para parcelamentos; decisões consensuadas entre os grupos de forma participativa; trazer as questões estruturantes para discussão prioritária – enfoque de planejamento, uso do instrumento do IPTU progressivo; contemplar ações a curto, médio e longo prazos nas diretrizes propostas pelo Plano Diretor; conjugar instrumentos fiscais e urbanísticos; estudo de viabilidade financeira e econômica das ações voltadas para a mobilidade – cálculo da viabilidade econômica de grandes obras como o BRT; propor projetos que sejam calçados em custos viáveis para a realidade financeira dos moradores; efetivação – fomento ao uso do IPTU Ecológico. De visão de futuro para o eixo de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, tirou-se: CRESCIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA – Glauciane – COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR; Qualidade de vida, a cidade tem que ser boa para todos com habitação, moradia e transporte – Eduardo Manzano. Para o eixo Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, a visão de futuro foi: Sustentabilidade Urbana – Hidelbrando – CAU. A arquiteta e urbanista Marianna Poli convidou todos para priorizar de três a cinco conflitos, potencialidades e soluções. O Arquiteto Manzano pediu a palavra para explicar que o mais importante do Plano Diretor são as diretrizes que vão reger as gestões. Às 18h01min foi encerrada a reunião sem mais nada a ser dito, eu Ingrid Lopes, Arquiteta e Urbanista encerro esta ata.

Composição da Equipe Técnica:

Coordenador Técnico: MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI - Coordenador de Projetos Urbanísticos.

Facilitador 1: ROBSON FREITAS CORREA – Arquiteto e Urbanista.

Facilitador 2: ELIAS MARTINS NETO - Arquiteto e Urbanista.

Relator da Plenária: INNGRID LOPES - Arquiteta e Urbanista.

Relator da Tabela: MARIANA POLI A. DE OLIVEIRA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 1: VANESSA MITT SILVA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 2: MARLI RIBEIRO NOLETO - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 3: DANIELA DA ROCHA FIGHERA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 4: ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO - Arquiteto e Urbanista.

Assistente de Relatoria 5: ERALDO LUIS LOPES CARVALHO - Arquiteto e Urbanista.

Assistente de Relatoria 5: MÔNICA RODRIGUES DA SILVA - Engenheira Ambiental.

Assistente de Relatoria 6: RARIANY MONTEIRO – Internacionalista.

2.2 LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO SETORIAL





LISTA DE PRESEÇA
LOCAL: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DATA: 09 DE AGOSTO DE 2016.

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
01	Vanessa Millsilva	508 N, A1.05	(63) 99239-0983	
02	Goelle S. Maia	208 N. A1.82	(63) 98117-6847	
03	Katácia M. Santiago Rocha	Ponte Acioreal	(63) 99227-9395	
04	LUIS HILDEBRANDO F. PAZ	207 SUL, N1 09, 2105, 17	(63) 98401.3286	
05	IAPURÊ OLSEN	IPUP - ANA.	(63) 99930 9009	
06	Samuel de Franca Moniques	1005 Sul, A1.15, Q110 404	(63) 98117-0596	
07	QUEILA N.P.R.M.FAIS	406 GALNIO QIBLHMZ	63 98118-4442	
08	SÍLVIA L PELLOSO	CAIXA	6399963.3393	
09	ANDRÉ LUIS CAMARGO CASTRO	IPUP	(63) 999616898	
10	VANDEIR DA SILVA FERREIRA	CAIXA	(63) 999773072	
11	Checi D'Almeida	CAIXA	(63) 98127.9197	
12	José Wagner Continho	SECOM/PALMAS	(63) 98443.3330	
13	CLEOMER NOGUEIRA MACHADO	CAIXA	(63) 4009-8506	
14	Maria Carmelita S. Lopes	CAIXA	(63) 9956-7449	
15	Dioman Cortes da Rocha Martins	CAIXA	(63) 9840-3159	



LISTA DE PRESENCIA
LOCAL: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DATA: 09 DE AGOSTO DE 2016.

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
16	FRANCISCO OTAVIANO M. AMARAL	CAIXA	(63) 99973-2737	
17	Deusa de O. Dias	Habitacão Esbocoto	(63) 98458-4707	
18	Frazeirama Gomes da Silva	CAIXA/G150V PM	(63) 4009 8537	
19	Ednardo Marzano Filho	Caixa Habitacões	63 4009 8550	
20	Beatriz M. da Silva	Caixa-Habitacões	63 4009 8507	
21	VALÉRIA HOLUNDEI	INFRA/HABITACAO	981337531	
22	Claudia F. R. foulant	CAIXA	98468-781	
23	Gerulino S. Alves	CAIXA	9283 6634	
24	Arnelia Oliveira	CAIXA	992241242	
25	LEONILDO A. Fais	CAIXA	98484-9868	
26	SILVANO SOARES RODRIGUES	CAIXA	(63) 4008-8548	
27	Antonon da Silva	CAIXA	98122-9193	
28	Khungre Zacariotti	Caixa	99207 0364	
29	Marcelo Almeida dos Santos	SMDUH	98446/596	
30	Debara J.B.R. Kollo	SEINFRA	99278-8740	



LISTA DE PRESE...ÇA

LOCAL: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DATA: 09 DE AGOSTO DE 2016.

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
31	Cassilda Figueira da Silva	Seinz.	casildafigueira@hotmail.com 3218-1110	
32	CLAUCIANE RODRIGUES VERAQUIN	CAIXA	4009-8596	
33	DAIVICA R. FIGUEIRA	TRUP	2111-0904	
34	Marli R. Melo	FRUP	2111-0904	
35	Anthony Monteiro	FRUP	2111-0904	
36	Paula Lima Benfantei Silva	SEIUFERA	3218-1110	
37	P. Faireson Begera	Semed./Igreja	9922330191	
38	Robson Freitas Coruea	FRUP	2111-0904	
39	ELIAS MARFISIM	SEDUH	2111-1113	
40	Márcia Helena S. Oliveira	Moradia	2111-1112	
41	MARIANNA P. A. DE OLIVEIRA	FRUP	mapa.orgunifurc@gmail.com 9998-0809	
42	JAIRAN BAIDEIRA GOMES	CAIXA	JAIRAN.GOMES@CAIXA.GOV.BR	
43	HERMENEGILDO MORESTANA	CAIXA	HMERSTANAS1@GMAIL.COM	
44	Antonio Casas Bisneca	CAIXA	4009-8536	
45	ERIC CARVALHAL	CAIXA	4009-8511	



LISTA DE PRESEÇA
LOCAL: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DATA: 09 DE AGOSTO DE 2016.

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA
46	Almeida Jesus Batista	Secom Palmas	98903-3329	Almeida Jesus Batista
47	MARIA ELIAS B. ROCHA	CAIXA - GIGOV	99994 9682	Maria Elias Rocha
48	Maria de S. F. Amor		8826257	Maria de S. F. Amor
49	Seitê via C.O. Primitel	GIHAB	984999935	Seitê via C.O. Primitel
50	Abhimme Luiza de Lima	GIHAB	99222-8232	Abhimme Luiza de Lima
51	ERALDO L. L. CARVALHO	IPUP	99222-6020	Eraldo L. L. Carvalho
52	Maria das Graça F. Oliveira	GIGOV	4009.8579	Maria das Graça F. Oliveira
53	GEAMINE ROMANOVSKI DE T. LEME	CAIXA - GIGOV	4009-8603	Geamine Romanovski de T. Leme
54	Wilson de Carvalho Oliveira	CAIXA - GIGOVPM	4009.8562	Wilson de Carvalho Oliveira
55	Hiago Almyr Coriã	GIGOV	991144989	Hiago Almyr Coriã
56	Sergio Faria	SEGS Palmas	98402-1729	Sergio Faria
57	VALEYR CRISÓSTO DOSILVA	CAIXA - GIGOV	98458-3365	Valey Crisosto dos Silva
58	Arduíbo Sebastião Teixeira	IPUP	98407-7777	Arduíbo Sebastião Teixeira
59	TATIANE B COSTO	IPUP	98211-1919	Tatiane B Costo
60	EVERCINO MOURA,	F.M.A.	63.99979-4584	Evercino Moura

2.3 FOTOS DA REUNIÃO SETORIAL¹



¹ Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

2.4 TABELA – DEMANDAS DO SETOR

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente em plenária, conforme tabelas temáticas abaixo referidas:

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> Expansão Urbana 	<p>A - Nas ARSOS existe uma "regionalidade" já diferenciada do Morada do Sol (BRT não contempla os grandes empreendimentos habitacionais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de trazer densidade na ocupação através de projetos que estimulem o uso dos vazios urbanos
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de espaços para as práticas de lazer 	<p>B - Edifícios residenciais no centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> Prioridade de moradia integrada com o transporte
<ul style="list-style-type: none"> Adensamento fora dos eixos de ocupação e adensamento prioritário (maior nos extremos) 		<ul style="list-style-type: none"> "Pequenas outras cidades" precisam ser avaliadas de acordo com as suas diferenças
<ul style="list-style-type: none"> Deficiência de infraestrutura urbana, principalmente de transporte 		<ul style="list-style-type: none"> Propor formas de possibilitar a integração de pessoas e suas moradias com o que já está definido como perímetro urbano
<ul style="list-style-type: none"> Resolver a questão da regularização fundiária como uma questão de apontamento de curto prazo para que não fique imerso como o Santo Amaro 		<ul style="list-style-type: none"> Trazer/acrescentar Porto Nacional e Luzimangues para as discussões relativas ao Plano Diretor
<ul style="list-style-type: none"> Área de influência Aeroportuária – preocupação com o adensamento 		<ul style="list-style-type: none"> Incentivo à construção de edifícios somente de uso residencial, sem a obrigação do uso comercial no pavimento térreo
<ul style="list-style-type: none"> Ineficiência na gestão de recursos para a regularização do Córrego do Machado 		<ul style="list-style-type: none"> Negociação do Município com o Estado na aquisição de áreas destinadas ao uso residencial nas áreas centrais

<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a intenção/identidade local dos moradores de áreas irregulares (alguns querem continuar como chácaras) 		<ul style="list-style-type: none"> Incentivar o uso das áreas livres já contempladas com infraestrutura
<ul style="list-style-type: none"> Construção do presídio em Aparecida do Rio Negro 		<ul style="list-style-type: none"> BRT deveria incentivar a ligação de Palmas e Porto Nacional, visto que esta era a proposta de planejamento urbano pioneiro da cidade
<ul style="list-style-type: none"> Cidades agregadas que criam conflitos (Porto Nacional e Aparecida do Rio Negro) 		<ul style="list-style-type: none"> Não é preciso que o adensamento na área aeroportuária esteja correlacionado ao acréscimo de altura
<ul style="list-style-type: none"> Cobrança do estacionamento rotativo, resultando no fechamento de comércios – Privatização da área que é pública 		<ul style="list-style-type: none"> Criar formas (em parceria com o Ministério Público) para o controle das ocupações irregulares
<ul style="list-style-type: none"> “Pequenas cidades” (com identidade própria local) sem integração dentro de um mesmo Município 		<ul style="list-style-type: none"> Integração de projetos habitacionais com mobilidade e infraestrutura
<ul style="list-style-type: none"> Áreas irregulares em constante desenvolvimento – rápida ocupação – falta de fiscalização – problemas na gestão 		<ul style="list-style-type: none"> Ciclovias integradas com áreas verdes
<ul style="list-style-type: none"> Padrão da ocupação do Lago no lado Norte – alto padrão na ocupação 		<ul style="list-style-type: none"> Integração dos sistemas de transporte com outras alternativas
<ul style="list-style-type: none"> Contrariedade à privatização de áreas públicas 		<ul style="list-style-type: none"> Qualificar os espaços públicos para o uso da população – Adequar o desenho urbano às necessidades da população.
<ul style="list-style-type: none"> Crescimento desordenado como um 		<ul style="list-style-type: none"> Impedir abertura de novas áreas para parcelamentos

todo – gerando uma cidade desumanizada		
<ul style="list-style-type: none"> • Desenho urbano das avenidas (muito largas) desfavorável ao pedestre 		
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de mobilidade e acessibilidade – grandes distâncias a serem percorridas 		
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de arborização nas ciclovias e falta de continuidade 		
<ul style="list-style-type: none"> • Prioridade de uso somente para veículos 		
VISÃO DE FUTURO		
Crescimento com Qualidade de Vida		
Qualidade de vida, a cidade tem que ser boa para todos com habitação, moradia e transporte		

FISCAL E GOVERNANÇA – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Diferenças de interesses econômicos e sua correlação com o trâmite político 	A - Diversidade de interesses econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Decisões consensuadas entre os grupos de forma participativa
<ul style="list-style-type: none"> • Loteamentos irregulares como sendo questões de alto custo para o Município 	B - Riqueza da diferença obtida no maior número de pessoas e interesses discutidos nos processos participativos	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer as questões estruturantes para discussão prioritária – Enfoque de planejamento
<ul style="list-style-type: none"> • Sobreposição de recursos para investimentos em infraestrutura (Exemplo de empreendimentos do Estado – alça viária - próxima das ZEIS) 	C - Economia com certo grau de liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do instrumento do IPTU progressivo
<ul style="list-style-type: none"> • Lentidão do Poder Público Municipal na conclusão de projetos (em geral) 	D - Cidade nova com diversidade de interesses na instalação de empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Contemplar ações a curto, a médio e longo prazo nas diretrizes propostas pelo Plano Diretor
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de integração entre os entes públicos e 		<ul style="list-style-type: none"> • Conjugação instrumentos fiscais e urbanísticos

órgãos do Poder Público Municipal		
		<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de viabilidade financeira e econômica das ações voltadas para a mobilidade – Cálculo da viabilidade econômica de grandes obras como o BRT
		<ul style="list-style-type: none"> • Propor projetos que sejam calçados em custos viáveis para a realidade financeira dos moradores
		<ul style="list-style-type: none"> • Efetivação – fomento ao uso do IPTU Ecológico
VISÃO DE FUTURO		

MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Na atual gestão houve a maior devastação nas áreas verdes – desmatamento de áreas públicas e privadas 	A - Influência da vegetação no Clima – diminuição da temperatura	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar o desmatamento e criar formas de controle e fiscalização
<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência na arborização do sistema viário de Palmas 		<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o plano de arborização
		<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer o SIG (Sistema de Informação e Geoprocessamento) nas ações de monitoramento da gestão municipal com acesso de dados pela população – base de cadastro único (integração entre secretarias e órgãos)
VISÃO DE FUTURO		
Sustentabilidade Urbana		